

Decreto prevê pagamento de salários extras

BRASÍLIA —

Deputados e senadores receberão três salários em um mês — um total de R\$ 24 mil brutos para cada parlamentar — se o Congresso Nacional for convocado extraordinariamente pelo presidente da República para trabalhar no recesso de julho. Nesse caso, o custo adicional para os cofres públicos com as folhas de pagamento da Câmara e do Senado será de R\$ 9,5 milhões. O custo total, incluindo o salá-



rio normal, passaria a ser de R\$ 14,2 milhões, equivalentes ao pagamento de três salários (R\$ 24 mil) a 594 congressistas (513 deputados e 81 senadores).

O pagamento está previsto no decreto legislativo aprovado em 19 de janeiro deste ano, que fixa a remuneração dos parlamentares. O decreto determina uma ajuda de custo a cada sessão legislativa ordinária ou extraordinária, no valor igual ao do salário. Dessa forma, o parlamentar tem direito a receber um salário adicional no inicio e outro no final do mês, além da remuneração normal, que é de R\$ 8 mil.

Uma convocação extra em julho transforma as sessões legislativas do mês em extraordinárias. A folha mensal de pagamento dos deputados é de R\$ 4,1 milhões, e dos senadores, de R\$ 648 mil.